o elevador lá está com problema. E precisamos incrementar para o segundo semestre, que será essa ação aqui. O Asdrúbal Nascimento, o valor está lá. Uma parte do dinheiro do Asdrúbal é recurso do Fundo porque a Caixa Econômica não banca porque essa obra teve uma paralisação e foi retomada agora, em uma nova licitação que fizemos. Então, a Caixa não paga uma parte dos serviços iniciais. O Fundo está bancando essa parte. A maior demanda desse pagamento é feito pela Caixa Econômica Federal, que começou agora, no segundo semestre, no dia 3 de julho, essa obra. Os elevadores novos do Asdrúbal, não há nada ainda lançado, porque ainda estamos em coleta de preços. As intervenções realizadas, que fizemos um adendo agora, o Parque Europa II, o Jardim Apuanã e o Jardim das Orquídeas, que são conjuntos, alguns antigos, que estão precisando fazer o AVCB para regularizarmos e entregarmos a escritura para o pessoal que estava na lista, não vou dizer prioridade, mas que estão mais na frente, para fazer a regularização. Obras. Aqui uma foto do Parque Europa, um conjunto grande, em torno de 680 unidades, mais ou menos, que estamos fazendo o trabalho lá de AVCB para obtenção de regularização do conjunto como um todo. Jardim das Orquídeas, um conjunto na Zona Norte, Jardim Jaraguá, que o prédio foi entregue há uns dez anos, mais ou menos. É a mesma situação, paralisado com o AVCB, para regularizar e entregar. O João XXIII, o conjunto está ali, no meio. Estão fazendo umas obras de contenção, porque houve uns deslizamentos na lateral, que estavam colocando em risco o conjunto habitacional ainda. Uma segunda etapa vai ser o AVCB. A primeira, estão fazendo uma contenção lateral do conjunto, umas ruas paralelas aqui, que é um terreno que está solto aqui, bem nesse canto aqui. Os empreendimentos que estão sendo feitos aqui manutenção, Vila dos Idosos, Olarias, Parque do Gato, Asdrúbal do Nascimento, Senador Feijó e Palacete dos Artistas, que são do Parque de Locação Social, existem umas verbas aí destinadas à manutenção e tudo o que está em andamento. É uma contratação feita já no começo do ano. Não é agora e temos esse valor definido de R$2,6 milhões, que está previsto e não houve alterações nesse valor. Aqui é o recurso atualizado em agosto de 2017. São empreendimentos do PHEP, Asdrúbal do Nascimento, que é a conclusão e reforma do edifício. A atualização feita agora, em agosto, dos elevadores do Asdrúbal e do Olarias. Não há valor ainda porque está sendo feito levantamento de custos para implantar. O elevador está quebrado e tem que ser trocado. Um elevador está funcionando lá normalmente. No caso aqui, o elevador é somente para o Asdrúbal do Nascimento. Nos outros, os elevadores estão funcionando perfeitamente. Não há custos por enquanto. As intervenções realizadas agora, que entraram agora, em maio, são no Parque Europa II, que é a obtenção de AVCB, que tem 680 unidades. O Apuanã, não estou lembrado. E o Jardim das Orquídeas, são 500 unidades. E estão fazendo pequenas manutenções que são feitas no Parque do Gato, Olarias, e Parque Senador Feijó; pessoas que saem, alguma manutenção decorrente do uso do próprio imóvel, que geram pequenos custos. O Casarão do Carmo também, que a empreiteira faliu e contratamos uma outra para concluir. E está em fase de conclusão. Em maio foi a contratação desse valor. Não vai aparecer agora. Só vai aparecer no segundo semestre essa contratação aqui. E a área das escolas desativadas, João XXIII, é aquele terreno que falei, que estava escorregando por problema de drenagem. Estava começando a ter riscos a edificação. Estão fazendo uma obra de drenagem naquela região, para não afetar nosso conjunto que lá está. Aqui uma visão geral do Parque Europa. É um conjunto de 680 unidades habitacionais, que já foi construído há algum tempo. Fica na Zona Sul de São Paulo. O Jardim das Orquídeas, na Zona Norte de São Paulo, com 500 unidades. Serviço de AVCB, os prédios estão em razoável estado. Precisam do AVCB para obter essa licença, o Habite-se e fazer a regularização fundiária do imóvel, as escrituras. João XXIII, aquela área no fundo, que teve escorregamento de drenagem, no canto esquerdo, que estão fazendo essa contenção para depois entrar com AVCB no próximo ano, que é a previsão. O Apuanã é um conjunto da Zona Norte, no alto, perto do Tremembé e também é a mesma situação: tem que fazer o AVCB. Hoje não tem segurança. O AVCB consiste em quê? Extintor, alarme de incêndio, mangueira, toda essa situação, que é necessária para o Corpo de Bombeiros, para termos essas autorizações, para depois implantar com Habite-se e tudo e fazer a regularização final e ter as matrículas do imóvel. Aí entra a minuta de resolução, o plano de aplicação de recursos. Aprova o plano de aplicação de recursos do Fundo, o Conselho, as disposições legais todas aqui, a competência da COHAB para executar, vistoria o Corpo de Bombeiros, regularização e comercialização de duas mil unidades habitacionais, arredondando aí, Parque Europa. Integra o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal aprovado para 2017. Incrementamos esses conjuntos. Está previsto para entrar somente em 2018. Como havia essa verba, conseguimos adequar esses dois conjuntos aqui na lista de prioridades para regularizar e encerrar esses conjuntos. **Sra. Marlene** - Fizemos uma análise da planilha e há uma divergência, que acho que é de digitação. Está um milhão, oitocentos e pouco. E, na verdade, é oitocentos e noventa e poucos mil. Fizemos essa análise e só queria colocar isso. Vai ter que ser corrigida essa planilha e as outras,. Não sei, porque, como essa já tinha uma divergência, acabamos não olhando as outras, porque terá que ser corrigida de qualquer forma. E também fazemos uma sugestão para não arredondar os números, porque o arredondamento está sendo para mais, e um centavo, dois que seja, faz diferença. **Sr. Nilson** – Que conste em ata que houve uma inversão de valores aqui, onde o valor correto é R$840 mil e não R$1,8 milhão, como está no material. **(Está sendo inserida nesta Ata a Nota Técnica enviada pelo Sr. Nilson, em 30 de agosto de 2017 e encaminhada a todos os Conselheiros, que ora se transcreve: "Esclarecimento referente NOTA TÉCNICA sobre o item 2 da Pauta da REUNIÃO DO CMH DE 24/8/2017: O valor apresentado não contém erros a serem ajustados, pois o valor de R$ 1.840.000 corresponde às dotações de Construções de Unidades Habitacionais Obras e instalações Recursos Próprios + Construção de Unidades Habitacionais Outros Serviços de Terceiros PJ. (840.698 + 1.000.000 = 1.840.698) como consta na planilha geral enviada para a apresentação. Na segunda planilha aparecem os valores disponibilizados nestas dotações após suplementação quais sejam: (12.618.989 + 97.825 = 12.716.814). São Paulo, 30 de agosto de 2017. Nilson Edson Leônidas - COHAB-SP".) Sra. Verônica** - Esses R$11.778.291,00 são suficientes para concluir esses conjuntos ou vai precisar de mais dinheiro para que possamos resolver o problema de outros mutirões que, com certeza, também estão esperando para entrar no Conselho? **Sr. Nilson** - Esse dinheiro é suficiente. Os contratos já estão firmados com as empresas. Elas já estão trabalhando nesse sentido. O prazo de execução dessa obra é de até seis meses. E encerra-se nesse ano mesmo. **Sra. Andréa** - Tivemos, há uns três meses, uma reunião na subprefeitura, falando a respeito dos programas habitacionais que estariam indo a Zona Leste, Penha. É uma área vasta com muita necessidade de população e temos famílias que atendemos para lá. Na verdade, são dúvidas. **Sr. Nilson** - Não estamos tratando aqui de um programa habitacional para a Penha ou aquela região. Estamos tratando aqui de uma implementação de recursos para regularizar conjuntos já existentes. Mas não é naquela região. É sobre os conjuntos que estão em andamento aqui. Esse é outro programa que deve estar em algum outro programa da secretaria. Não é objeto dessa pauta essa situação. **Sr. Gilmar** - Podemos encaminhar depois essa pauta da Andréa para tratarmos desse tema nas próximas reuniões. **Sr. Florenzano** - Minha dúvida, já explanei aqui em reuniões do Conselho anterior, é sobre o AVCB. Existem pessoas morando nesses conjuntos, certo? **Sr. Nilson** - Sim. **Sr. Florenzano** - E não têm o AVCB. **Sr. Nilson** – Isso. **Sr. Florenzano** - Na outra gestão, eu havia pedido para incluir me parece que R$20 milhões para tirar o AVCB. E não sei o que aconteceu. Não devem ter sido incluídos. Se acontecer algum incidente, uma fatalidade de incêndio, mortes nesses edifícios que já estão habitados, de quem será a responsabilidade? **Sr. Nilson** - Essa é uma boa pergunta. A prefeitura, o Fundo aqui, estão tomando atitudes para fazer a regularização de todos esses conjuntos. Quando foram construídos, todos estavam em condições normais, com AVCB, com tudo funcionando. Alguns AVCBs foram vencidos e, por uma questão fundiária, não conseguiu ser regularizado o conjunto, porque aí eles teriam que andar por si só. Essa é uma situação que existe hoje. Estamos fazendo esses investimentos para regularizar esse AVCB. Com o AVCB expedido e a regularização, o conjunto tem que zelar pela manutenção, como qualquer prédio individual. **Sr. Florenzano** - Então, quer dizer que, quando as pessoas entraram, existia o AVCB? **Sr. Nilson** - Foi entregue em perfeitas condições. **Sr. Florenzano** - A cada cinco anos, tem que ser retirado de novo? **Sr. Nilson** - Isso. Nesse meio tempo, se não foi regularizado, tem que tirar novamente. É o caso que temos agora. A situação é essa. **Sr. Florenzano** - Porque, na verdade, é necessário ter a validade dos extintores, a ART do gás encanado, ART sobre o revestimento, se não pode pegar fogo. Tem que ter também ART da elétrica, da iluminação de emergência, do sistema hidráulico, etc. **Sr. Nilson** - Todos esses empreendimentos têm projeto de Corpo de Bombeiros aprovado. Apenas estamos executando o que está aprovado no Corpo de Bombeiros. Todos esses procedimentos são de praxe de a COHAB fazer nessas obras. **Sr. Rosalvo** - Na verdade, iria fazer uma pergunta e, na sequência iria fazer um comentário. A pergunta, acho que já foi respondida. A pergunta era de quem é a propriedade desses empreendimentos, se é dos moradores ou da COHAB ainda ou da municipalidade. Temos um problema que é crônico e muito grave no processo. A CDHU também padece desse problema. Faz-se o conjunto, está bonito, entrega, faz festa, as pessoas vão morar e não se regulariza isso, por problemas fundiários, às vezes, e não da edificação em si. E aí o Estado fica com a obrigação de ficar fazendo manutenção indefinidamente. Às vezes, vinte anos depois de as famílias estarem morando, ainda é aqui, no Conselho, ainda no Fundo Municipal de Habitação, que se vai tirar dinheiro para fazer essas manutenções, quando na verdade, esse dinheiro deveria ser usado para fazer outras habitações, para outras pessoas que estão em situação difícil. E aí ficamos nesse problema. Vou dar um exemplo do Conjunto do Parque do Gato. A cada reunião tínhamos que aprovar liberação de dinheiro para arrumar os extintores. E isso era na casa dos milhões. Liberação de dinheiro para arrumar a parte elétrica, para pagar a água que as pessoas não haviam pago. A Sabesp estava para cortar. A água que a pessoa bebe, o banho que ela toma! Então, vamos criando uma situação absolutamente paternalista e isso não ajuda a resolver o problema da habitação. A nível de Governo do Estado, conseguimos uma postura de que não haverá início de obras se não tiver com a situação totalmente regularizada. Isso atrasa o processo um pouco. O número de unidades construídas acaba sendo menor. Entretanto, limpamos a pauta. Faz-se e constroem-se novos empreendimentos. Ia perguntar exatamente de quem era a propriedade. Mas, se não regularizou, segundo a lei, a responsabilidade continua sendo da COHAB e, caso esse volume de recursos, de dinheiro, não dê para fazer, a minha proposta é que trabalhemos o orçamento do ano que vem, para tentarmos limpar a pauta desses problemas para, daqui para frente, realmente conseguir fazer habitações novas. Porque, senão, vamos ficar aqui gastando o pouco recurso que temos com famílias que estão há vinte anos morando, enquanto os outros continuam na rua. E estamos conhecendo a grande população, porque já se fala de população de rua em São Paulo. Não é nem morador de rua mais. Então, é importante otimizarmos o pouco recurso que existe. **Sra. Mariza** - Onde entra o recurso para a Casa Paulistana? É recurso do Fundo ou outro investimento? **Sra. Cristiane** - O que está em pauta hoje, que o Nilson está apresentando, trata-se da aplicação de recursos específicos do FMH, o Fundo Municipal de Habitação. Os recursos de aporte para o Programa Minha Casa Minha Vida, dentro do Programa Casa da Família, tem sido feito com outras fontes municipais, dentre as quais, recursos de FUNDURB, FMSAI e de Tesouro Municipal, de acordo com a disponibilidade. Então, não foram incluídos dentro do recurso do FMH. Por isso que aqui não aparecem. Na reunião passada, o assessor da Secretaria de Habitação, Toledo, fez uma apresentação bastante detalhada, inclusive, consignando quais eram os empreendimentos que estavam pré-aprovados para aplicação desse recurso e esse material está disponível no site do Conselho. Mas, havendo qualquer dúvida, necessidade de esclarecimento, toda a assessoria de SEHAB também está à disposição para esclarecer. –**Aprova-se o Item 2 da pauta e passa-se ao Item 3- Sr. Galdino** - O Projeto Colibri é uma associação em defesa das pessoas deficientes e com mobilidade reduzida. Fazemos um trabalho junto com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Gostaríamos de saber as demandas que estão atrasadas da habitação para o deficiente e para a pessoa com mobilidade reduzida. Seria o deficiente intelectual e deficiente visual. Até onde temos conhecimento, a demanda está crescendo e primeiro andar, geralmente, sempre, seria para os cadeirantes; segundo andar seria para o deficiente visual e intelectual. Então, gostaríamos de saber como está a situação dessa demanda que temos acompanhado a entrega de alguns conjuntos e não vemos chamar deficientes. Temos conversado com o prefeito, temos acompanhado a acessibilidade pelas ruas, por aí, e está difícil a demanda. Gostaria de saber uma resposta. **Sr. Rosalvo** - O Projeto Colibri me procurou pedindo ajuda para discutir exatamente esse tema. E propus ao Sr. Galdino que viesse ao Conselho porque iríamos colocar, então, na pauta. Colocamos na pauta e depois retiramos na reunião anterior e colocamos novamente para esta reunião. E havíamos articulado que faríamos uma apresentação um pouco mais detalhada com a lei, com o processo todo, e perdemos o contato com o Sr. Galdino e não conseguimos aprofundar essa discussão. Mas, como conselheiro, estou propondo a discussão. Existe uma reserva legal e que consigamos cumprir a lei. E aí muitos dos nossos projetos são feitos por associações, são contratos ou convênios que se fazem com associações. Então, as associações deveriam apresentar essa demanda. A minha proposta é exatamente isso: se eu tenho um projeto, uma associação com cem apartamentos, ela deveria se preocupar em cumprir essa demanda. Em ela não tendo em sua demanda as pessoas com mobilidade reduzida, como prevê a lei, que a COHAB tivesse condições de indicar a pessoa que pudesse ocupar ali, quem sabe até fazendo contato com o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente, e que daí viria por esse Conselho. Ou a relação com as entidades, uma entidade pode ter contato com a outra. Por exemplo, o Movimento Terra de Deus Terra de Todos pode ter um contato com o pessoal do Projeto Colibri e compor a demanda. Se não conseguimos, poderia ficar a nível de instâncias de COHAB com o Conselho da Pessoa Deficiente e cumprir o que a legislação determina. **Sr. Marcelo** – A OAB solicitou, no final da gestão anterior e já foi deferido e implementada uma cadeira da OAB junto à Comissão Permanente de Acessibilidade para CPA. Então, a OAB tem sua comissão que trata das pessoas com deficiência, mas agora ela passou a integrar também a CPA. A minha sugestão seria, independente da participação da OAB, mas nessa posição que o Rosalvo colocou das associações levarem os projetos, elas precisam entender o que são todos os direitos e deveres que a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, determina com relação à acessibilidade. A CPA é um fórum ótimo para levar essa questão. Da parte da OAB, o Galdino e o Rosalvo já podem contar que podemos trabalhar em conjunto, seja dentro da CPA, seja no Conselho Municipal, enfim. Isso é fundamental. E só para aquelas pessoas que não estão diretamente atingidas, que não tem ninguém muito próximo com algum tipo de deficiência, vale aqui uma informação bastante interessante. Há um número assustador de pessoas com mobilidade reduzida no Brasil e mobilidade reduzida vai de cadeirante, deficiente visual, a obesos, recém-operados, gestantes e tudo mais. São 43 milhões de pessoas que vivem nessas situações. Em São Paulo são mais de 3 milhões de pessoas, são duas Curitibas que estão dentro de São Paulo e precisam ser atendidas com essa questão da mobilidade. Não me lembrava desse tema ter sido colocado aqui, no Conselho. Acho que passa a ser uma prioridade praticamente. **Sra. Ana Procópio** – Gostaria de propor que, em cada empreendimento que for construído, se deixe uma quota reservada para esses deficientes. Gostaria que este Conselho pensasse bem e que assinasse que cada empreendimento que fizesse deixasse pelo menos 10% dessas moradias para atender esses deficientes. **Sra. Verônica** - Nos nossos empreendimentos do Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo, os térreos, todos são para as pessoas deficientes e pessoas idosas. Só que é muito pouco. E em uma reunião com o Presidente da COHAB e o secretário, propus uma ideia, que talvez conseguisse resolver grande parte dessa população esquecida que fica na comunidade, no cortiço, e que não tem onde morar. Que todos os empreendimentos, seja por empreiteira, pelos movimentos, pela COHAB, do primeiro até o segundo andar, talvez até no terceiro andar – tem que ver com algum técnico se isso é possível – todos deveriam ser de Locação Social, de responsabilidade da COHAB. Por isso eu brigo pela Locação Social. É o único jeito de resolver o problema dessa população, porque há pessoas que vivem com LOAS. E o presidente está dizendo que vai caçar as LOAS também. Então, aí é mais gente na rua. Essa é minha proposta. Quero que seja discutida aqui, no Conselho. **Sr. João Bosco** - Hoje a Cidade de São Paulo tem o equivalente a Cidade do Recife só de idosos. E estamos dando pouca atenção ao idoso. Precisamos ter a consciência de aumentar essa quota. Hoje, na maioria dos contratos, são 3% para deficientes e 5% para idosos. **Sr. Rubens de Souza** - A demanda para habitação é sempre maior do que os recursos disponíveis. No entanto, vemos que todas as vias públicas estão cheias de entulho, de construção civil, e que não é reaproveitado. Em Minas Gerais, existe uma política bem implementada, no sentido de aproveitar esses resíduos sólidos que estão aí atravancando o meio ambiente e aplicar em construção. Dá até para aplicar em pavimentação. Há um processo em andamento, na Secretaria de Patrimônio, desde 2006, para liberar uma área na Zona Leste e até agora está emperrado na burocracia. Gostaria que o Conselho se voltasse para diminuir o custo dessas obras que são gigantescas e o recurso é pouco e há muito material desperdiçado por aqui. **Sr. Gilmar** - Temos que trazer isso para dentro, discutir, porque o Poder Público tem que cada dia mais se aproximar das pessoas que mais precisam. Então, temos essa função. E a função deste Conselho é justamente trabalhar as políticas públicas, tudo dentro de uma razoabilidade. Temos que avaliar muito bem tudo que está sendo colocado. Todos sabem das dificuldades que são. Há uma legislação pertinente que rege a respeito do tema. **Sra. Cristiane** - Todos que aqui estamos, seja de Sociedade Civil, de Poder Público, somos extremamente sensíveis às vulnerabilidades também e às dificuldades de atendimento à população com deficiência e aos idosos. Só cabe ressaltar que existem legislações específicas que já fixaram os percentuais. Para que fique claro, tanto a SEHAB quanto a COHAB têm cumprido o que está disposto na lei. A maior parte da produção habitacional que tem sido feita no momento atual é relacionada a programas específicos de financiamento, como o Minha Casa Minha Vida ainda tem alguns projetos, o PAC ou as Operações Urbanas, que também têm suas regras próprias. E o esforço é conjunto de SEHAB e COHAB no cumprimento dessa legislação. O que eventualmente pode ser feito como encaminhamento é que a SEHAB e a COHAB, em conjunto, preparem para uma próxima reunião a reapresentação dos critérios já aprovados por este Conselho em gestões anteriores e que estão vigentes na quota de atendimento para deficientes e para idosos. E, além de apresentar o que está vigente pelo Conselho, apresentar também o que cada um dos programas de financiamento específico estabeleceu. E, se houver necessidade, se encaminha, nessa apresentação, uma dinâmica para revisão e contribuições no debate desses critérios. Porque, senão, acabamos colocando aqui sem os dados específicos. Mas uma coisa que é certa é que todas as unidades entregues têm essa preocupação, inclusive, alguns programas já exigem que todas as unidades, independente de que andar estejam, sejam 100% adaptáveis. Então, com a tipologia de desenho universal, tudo isso. Então, o município tem estado sim ativo nessa luta, nessa conquista, mas podemos esclarecer melhor os critérios, em conjunto, os entes promotores. E aí se abre para eventuais contribuições. **Sr. Gilmar** - É interessante que COHAB e SEHAB reapresentem aos senhores e às senhoras justamente o que está em pauta, o que estamos entregando, percentual, quantas unidades, para que tenhamos um ponto de partida, um parâmetro, para que aí sim comecemos a fazer essa discussão, esses encaminhamentos. Então, já sugiro colocar essa questão como pauta para a próxima reunião. **Sr. Rosalvo** -Acho que é muito bom que a SEHAB e a COHAB façam isso com a qualidade técnica que têm para nos apresentar. Os conjuntos que a COHAB produz para vender, para comercializar e tudo mais, não sei dizer. É certo que têm a acessibilidade, principalmente, os Programas Minha Casa Minha Vida e na CDHU também. Entretanto, os apartamentos são todos acessíveis, mas o cadeirante não está ali. Concretamente, estou falando de empreendimentos que os movimentos populares fazem, do meu movimento. Não exijo que meu movimento apresente aquelas famílias ali, cumprindo essa lei. Pelo menos, até agora não foi assim. Não posso dizer na COHAB porque faz tempo que não produzimos na COHAB. Mas pedi a palavra para dizer que aqui, na página 14 desse documento, há aqui R$25 milhões para pagamento de desapropriação, e aí há prioridade 1, prioridade 2. Imagino que não seja uma fila. Prioridade 1 é mais prioridade do que a prioridade 2. Segundo, aqui está Forte do Rio Branco 3. Esse empreendimento é uma área e tem três associações. Estou aqui imaginando que é Forte do Rio Branco 1, Forte do Rio Branco 2 e Forte do Rio Branco 3, que é um terreno só. Não sei em que momento vamos discutir aqui. Isso não foi colocado aqui. Falou-se dos R$11 milhões e não falamos desses R$25 milhões que aqui estão. **Sra. Juliana** - Referente ao Forte do Rio Branco 1 e 3, o Forte do Rio Branco 1 tem três entidades. O Forte do Rio Branco 3 tem mais três entidades. Esses R$25 milhões vão ser para complementação dessas seis entidades. Só que estamos desapropriando o Forte do Rio Branco 1 em uma desapropriação só. Então, vamos pagar a complementação do Forte do Rio Branco 1 e também a complementação do Forte do Rio Branco 3, que o total dá R$25 milhões, que seria com o saldo do FUNDURB de 2016. **Sr. Rosalvo** - Gostaria que aqui estivesse escrito isso, para depois termos condições de cobrar. Aqui está 3. **Sra. Juliana** -Está 3 porque, na realidade, é o terreno inteiro do Forte do Rio Branco 3, que vai ser desapropriado, que contempla três entidades. E há um outro, que é o Forte do Rio Branco 1. **Sr. Rosalvo** - Forte do Rio Branco 1 são três entidades? **Sra. Juliana** - Isso. E o Forte do Rio Branco 3 mais três entidades. **Sr. Rosalvo** - E o Forte do Rio Branco 2? **Sra. Juliana** - O 2 já foi pago, já está em nome da COHAB, já está com projeto aprovado. **Sr. Gilmar** - Então, estamos falando do 1 e do 3, certo? **Sra. Juliana** - Que é do FDS. Forte do Rio Branco 2 é do FAR. (Em não havendo mais nenhum dos presentes para fazer uso da palavra, o **Sr. Gilmar propõe uma inversão de pauta, para que o Item 5** seja o próximo item a ser apreciado **Sra. Ana Maria** - No dia 26 de outubro, temos a próxima reunião do Conselho. A solicitação de voto é até o dia 10 de outubro. A próxima reunião da Executiva, a reunião ordinária, será no dia 26 de setembro. E solicitações de voto até dia 6 de setembro. Extraordinariamente, o Presidente do Conselho convocou para uma reunião, na próxima terça-feira. **Sr. Gilmar** - Temos, na verdade, o tema a respeito das pessoas com deficiência, sobre COHAB e SEHAB, para falar sobre o tema. Há sugestões de outros temas? Podemos colher isso agora. E vamos definindo. Sendo que os senhores e senhoras podem participar, até o dia 10, trazendo essas sugestões para a próxima pauta. **Sr. Rosalvo** - O Ministério das Cidades fez e acabou desenquadrando – e foi esse o termo que eles usaram, não entendo bem por que é esse o termo – mas desenquadrando uma grande quantidade de associações que ganharam, que venceram no chamamento da prefeitura. A prefeitura gastou dinheiro desapropriando terrenos; alguns até doou, fez a escritura de doação para a associação. E agora a associação foi desenquadrada no Ministério das Cidades. Portanto, não terá condições de fazer ali a construção com verba do FDS. Hoje, no 64º Fórum, a Henriqueta disse que não haverá novo chamamento para o ano que vem. Então, em 2018, não haverá nova licitação para as associações se habilitarem. E vemos na cidade sendo produzidas as habitações das chamadas PPPs. Das PPPs, algumas entidades lá, na CDHU e Secretaria Estadual de Habitação, houve um processo que houve uma licitação. Então, temos lá 18 entidades que estão habilitadas e cada uma pega lá uma pequena fatia. E o grande, o grosso daquilo ali é mercado popular, tratativas diretas com a construtora e com a Caixa Econômica Federal e o Conselho fica aqui meio que assistindo. Como isso não é do FDS, o Conselho de Habitação tem responsabilidade não só em habitações feitas com o Fundo Municipal de Habitação, mas de toda habitação que é produzida na Cidade de São Paulo. E gostaríamos de ver essa discussão, por onde fecundamos essa discussão, porque há critérios para isso. A prefeitura também tem condições de indicar demanda para lá e gostaríamos de participar desse processo. Se não for o caso de colocarmos na pauta já da próxima reunião, que pelo menos fique aqui, em stand by, para que possamos entrar na próxima discussão, para ter condições de realmente interferir nesse processo. **Sr. Gilmar** - Vamos colher todas as sugestões que os senhores estão nos passando agora. Não vai ser agora que vamos definir. **Sra. Verônica** - Na reunião passada do Conselho eu já havia questionado essa questão dos terrenos da COHAB, das licitações, e foi aprovado na pauta hoje. Então, tem que entrar em discussão aqui, no Conselho. Já foi aprovado. Está na ata. Várias entidades foram desenquadradas. E como fica essa questão dos terrenos da COHAB que ganhamos a licitação? **Sr. Gilmar** - Não consigo colocar em pauta esse assunto, mas, como a Verônica já havia feito esse pedido de pauta anteriormente, nos comprometemos a falar a respeito desse tema na próxima reunião. **Sra. Verônica** - Quero que esteja na pauta da próxima reunião. **Sr. Fernando Chucre** - Estou vindo por um acaso de uma reunião que aconteceu agora do Fórum Nacional dos Secretários e Presidentes de COHAB e estava lá a Henriqueta. E um dos assuntos que a questionamos foi justamente com relação ao enquadramento dos empreendimentos, especialmente, os empreendimentos que estão em terreno público, que é uma preocupação nossa, que é exatamente a mesma que a sua: o que fazer com relação a esse número? Alguém me corrige se eu estiver errado, mas, só de terreno público aqui apresentamos 14 mil unidades habitacionais para o Ministério. Então, qual foi o entendimento dela? Primeiro que a Secretaria de Habitação do Município e a COHAB mandaram ofício, que acho que todos tiveram conhecimento, que acabou tendo uma resposta parcialmente favorável. Grande parte dos empreendimentos, quatro mil unidades foram enquadradas, do total que solicitamos excepcionalidade dos critérios de atendimento da Fase 3 do Minha Casa Minha Vida. Hoje, o assunto principal, que foi tema lá, era o futuro, quais as perspectivas do Minha Casa Minha Vida, se pensarmos nessa situação toda econômica que estamos vivendo e se pegarmos o histórico, que especialmente o Faixa 1 nos últimos dois anos houve uma redução significativa e importante do número de unidades financiadas. Então, a primeira pergunta que estávamos fazendo: esse ano vai vir o resto das unidades? Estava lá o Nelson, que é o vice-presidente de habitação da Caixa e a Henriqueta. Eles estão prorrogando o prazo, acho que é pela quarta vez. Eles tinham um compromisso de na segunda quinzena de agosto soltar a lista dos empreendimentos de FDS, que é uma outra coisa que não sabemos nem quantos serão selecionados de fato para o Município de São Paulo, para o Estado de São Paulo, nessas trinta e cinco mil previstas para o país, que há de FDS. A segunda coisa que eles estavam nos dizendo, claramente, hoje, é eles vão fazer essa seleção de rural e urbano até o final de setembro; segunda quinzena de setembro eles vão fazer essa seleção. Acho que poderíamos esperar essa seleção, que será em setembro, vai haver lá mil, duas mil, três mil, ninguém sabe quantas vão ser, por conta dos tais critérios que foram estabelecidos. A partir dessa seleção, identificamos e dizemos: "Esses aqui não foram selecionados, esse aqui, o chamamento vence em dezembro 2017, esse vence em 2018, esse vence em 2019". E fazemos uma análise caso a caso porque há outras formas de financiamento que estamos tentando buscar aqui, pela secretaria, tanto financiamento internacional; a própria PPP da habitação que vamos trazer para os senhores agora, em uma próxima reunião; a apresentação de como está sendo estruturada a PPP do município que foi aprovada há uma semana no Conselho das PPPs, que foi instituído e que são vários secretários, que é coordenado pelo Wilson Poit, que é da Secretaria de Parcerias. E aí vamos discutindo quais caminhos existem. Por exemplo, ultimamente, fui visitar uma série de movimentos que as famílias têm capacidade de contribuição e que poderíamos enquadrar no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida). Vários dos senhores, inclusive, me procuraram aqui para saber, se entrarem em um Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida), podem entrar no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida)? É um caminho tentarmos enquadrar o empreendimento no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida), para tentar buscar financiamento também para esse empreendimento. Há algumas coisas da lei nova, que há uma MP que está sendo discutida de Locação Social. Locação Social é um caminho para financiar, se for necessário migrar empreendimento para Locação Social, para atendimento das famílias que está lá? É um caminho? Pode ser um caminho também. Então, acho que seria mais produtivo esperarmos essa seleção e depois dessa seleção fazemos um mapa aqui do que sobrou, do que tem comprometimento, do que tem chamamento, e começamos a discutir outras opções de financiamento. Temos essa preocupação. Se pensarmos pelo lado da prefeitura, são vários terrenos que estão compromissados; foi investido recurso público na aquisição desses terrenos e não temos perspectiva de financiamento, se for pelo FDS no curto prazo. Se os senhores concordarem, acho que é uma proposta mais objetiva, senão, vamos ficar aqui falando de várias coisas, sem ter consequência, sem ter objetividade. **Sra. Verônica** - Mas existe o prazo. No final do ano em

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 27 de outubro de 2017 às 01:55:49.